



Central Eólica SRMN III S.A.

CNPJ nº 29.433.969/0001-38

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021

Ativo Circulante	Balanço Patrimonial		Nota	31/12/2021		31/12/2020	
				Passivo e Patrimônio Líquido	Passivo		
Caixa e equivalente de caixa	7	7.269	29.180				
Impostos a pagar	8	10	-				
Cauchões e depósitos vinculados	10	10.049					
Ajustamento a fornecedores	11	27	111				
Partes relacionadas	9	6.156	6.156				
Outros créditos	12	16	485				
Não circulante		23.546	29.775				
Cauchões e depósitos vinculados	10	2.824	807				
Imobilizado	13	153.307	54.339				
Total do ativo		156.130	61.302				
				179.677	91.077		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL	Notas explicativas das demonstrações financeiras - Em milhares de Reais	
	Resumo das operações realizadas na data da negociação, data em que a Companhia se compromete a entregar ou receber bens ou serviços para o pagamento direto de fluxos de caixa gerados e recebidos ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principais e juros sobre o valor principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remunerados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de desconto efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa 20.1. Companhia e instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração financeira. O valor líquido é a diferença entre o valor de compra ou venda dos instrumentos e a soma das suas taxas de juros. O direito legal ao ativo deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de hipótese, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. Impairment: Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48, e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.	
Central Eólica SRMN III S.A.	EOL Santa Rosa e Mundo Novo III	
	Produtor Independente	
Empresas	RN	
Usinas	54.210	
Modalidade	54.210	
Otorgada	54.210	
Estado	54.210	
Capacidade instalada (MW)	33,60	
Energia assegurada (Mm)	20,00	
Data do início da operação	2022	
Autorização / Registro	Início 04/06/2018 Término 03/06/2053	
1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido pagamentos aos fornecedores referente à conclusão da construção do parque eólico. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2022 será alcançado da seguinte forma (i) operação de caixa através da operação comercial que teve seu início em julho de 2021, (ii) desembolso de empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNB, (iii) seu haver necessidade aporte de capital da holding, 1.3. Impacts do Coronavírus (COVID – 19) para a Companhia: Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou afirmando que a (COVID-19) é uma pandemia. Devido à situação, governos e o setor privado tomaram decisões significativas que, somadas ao impacto da pandemia, geraram impactos para os agentes econômicos podem gerar impactos de diminuição da demanda, redução de investimentos, encerramento de empresas e outras medidas para conter e mitigar a pandemia. A instauração de cenas de isolamento resstringe a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: instalação de comitê executivo específico para acompanhar as questões relativas ao COVID-19; restrição de viagem nacionais e internacionais e suspensão de visitas técnicas; utilização de meios de comunicação remota; home office para determinado grupo de empregados; intensificou a higienização das áreas comuns do escritório, etc. A Companhia adotou medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. A EDP Renováveis S.A. sendo o principal acionista da Companhia, tem vindo a referir a sua posição de apoio ao isolamento social, ao distanciamento social e ao uso de máscaras, assim como a necessidade que todos adotem medidas para conter e mitigar suas necessidades, buscando contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade. A Companhia não teve impacto significativo em circunstâncias pandêmicas para a construção da parque eólico. A Companhia não sofreu impacto significativo financeiro e econômico ao longo do exercício de 2021. Para 2022 o efeito financeiro e econômico, dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.		
2. BASE DE PREPARAÇÃO		
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seu negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base em suas expectativas de que a Companhia continuará operando normalmente e, portanto, suas informações financeiras são consistentes com as informações contábeis e financeiras que são normalmente apresentadas pelas demonstrações financeiras em 18 de agosto de 2022.		
2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados no balanço patrimonial: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 19, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.		
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO		
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando sómados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.		
4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS		
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os julgamentos e estimativas são baseados em evidências disponíveis e podem ser revisados periodicamente e baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. As revisões das estimativas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: i) Impobilizado: determinação da vida útil e o valor residual, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 13); ii) Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.		
5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS		
As principais políticas contábeis adotadas foram: a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Impobilizado: O parque eólico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos. O impobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transformações do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra imobilizada em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e a instalação de terrenos e outras estruturas são classificadas como imobilizado quando o custo dos parques eólicos e depreciados pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de vida útil e os registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em Outras receitas/despesas operacionais. c) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram efeitos econômicos idênticos. São considerados ativos que não são em grande quantidade dependentes de outros ativos ou de terceiros, ou que não sejam afetados por mudanças de circunstâncias. d) Contrapartida de CAPEX: Alteração à IAS 37: A alteração do IAS 16 Imobilizado (P&E) proíbe a entidade de deduzir o custo de um item de imobilizado, qualquer receita recebida de venda de itens de imobilizado, enquanto a entidade está preparando o ativo para o uso pretendido. Também esclarece que uma entidade não pode deduzir o custo de um item de imobilizado, se o mesmo não for destinado ao uso pretendido. e) Impairment: Determinação do valor recuperável: Um deságio no valor de uma unidade de avaliação é calculado dividindo o fluxo de caixa da tributação de um contrato incluindo tanto os custos incrementais de cumprimento de contratos de compra e venda quanto os custos de operação e manutenção. f) Impairment: Determinação do valor recuperável: Um deságio no valor de uma unidade de avaliação é calculado dividindo o fluxo de caixa da tributação de um contrato incluindo tanto os custos incrementais de cumprimento de contratos de compra e venda quanto os custos de operação e manutenção.		
6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ANDAIÃO NÃO EFETIVAS		
As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Alterações à IAS 1: As alterações à IAS 1, que alteram a classificação de passivos como circulante ou não circulante, foram implementadas a partir de 01 de janeiro de 2022. Reclassificação de ativos e passivos - Alterações à IAS 16: A alteração do IAS 16 Imobilizado (P&E) proíbe a entidade de deduzir o custo de um item de imobilizado, qualquer receita recebida de venda de itens de imobilizado, enquanto a entidade está preparando o ativo para o uso pretendido. Também esclarece que uma entidade não pode deduzir o custo de um item de imobilizado, se o mesmo não for destinado ao uso pretendido. Impairment: Determinação do valor recuperável: Um deságio no valor de uma unidade de avaliação é calculado dividindo o fluxo de caixa da tributação de um contrato incluindo tanto os custos incrementais de cumprimento de contratos de compra e venda quanto os custos de operação e manutenção.		
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 7,97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.		
8. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR		
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 7,97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.		
9. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS		
Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:		
Objeto do contrato	Contraparte 31/12/2021 31/12/2020	
Partes relacionadas	SRMN Holding S.A.	
Total	6.146 6.146	
Passivo a recolher	SRMN I 31/12/2020 31/12/2020	
ICMS sobre diferencial de alíquota	31 16	
Imposto de renda e CSLL	31 16	
PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros	3 2	
IRPF sobre aplicação financeira	4 3	
ISS	1 38	
Outros	70 84	
Total	7.269 29.180	
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 7,97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.		
10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS		
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 7,97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.		
11. ADJANTAMENTO A FORNECEDORES		
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 7,97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.		
12. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS CRÉDITOS		
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados		

...continuação

CENTRAL EÓLICA SRMN III S.A. | CNPJ nº 29.433.969/0001-38

res anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2021 (CDI 4,42% a.a., IPCA10,06% a.a.); Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e; Cenário III: redução / elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexante	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro					
Aplicações financeiras	CDI	6.552	228	285	343
Cauções e depósitos vinculados	CDI	12.893	450	565	675
Total ativos financeiros		19.445	678	847	1.018
Passivo financeiro					
Emprestimos e financiamentos BNB	IPCA+2,33% a.a.	(103.142)	(12.779)	(15.974)	(19.169)
Total passivos financeiros		(103.142)	(12.779)	(15.974)	(19.169)
Total		(83.697)	(12.101)	(15.127)	(18.151)

19.3. Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 15. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possuem prazos de vencimento superiores a 12 meses, exceto quando o contrato estabelece prazos inferiores. As obrigações de liquidez são divididas. "Covenants" são indicadores econômico-financieros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos "Covenants" impõe os contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos "Covenants" quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 19. Até 31 de dezembro de 2021 todos os "Covenants" quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter um saldo mínimo em reserva especial, motivo pelo qual poderá distribuir somente os dividendos mínimos obrigatórios a seus controladores. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubrics Caixa e equivalente monetária (nota explicativa nº 7) e Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 10). A Companhia possui em 31 de dezembro de 2021, títulos em Cartera de investimento que não podem ser liquidados. Além disso, os títulos do "cartera de investimento" afetado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 20.3 para as rubrics de Emprestimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de "Emprestimos e financiamentos" está considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, este valor difere do divulgado na nota explicativa nº 15. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores		23.445	23.445	23.445		
Emprestimos, financiamentos e encargos de dívidas		103.142	115.921	10.848	5.625	5.957
Total		126.587	139.366	34.293	5.625	5.957

19.4. Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Esta descrição está diretamente relacionada às rubrics de "Caixa e equivalente de caixa" e "Cauções e depósitos vinculados". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima

do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2021 é:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	7.269	29.180
Cauções e depósitos vinculados	12.893	807
Total	20.162	29.987

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando maximizar a produção e minimizar custos gerados a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrupa confiabilidade e controla a instabilidade das gerações participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating de solvência e liquidez das mesmas, de forma a manter uma proporção adequada e eficiente a exposição a perdas.

20. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

20.1. Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2021, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	2.448	3	3	-	2.754
	2.448	273	3	-	2.724

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem, essencialmente, acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico. **20.2. Obrigação de compra:** As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos geradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. **Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:** A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 31 de dezembro 2023.

20.3. Garantias

	31/12/2021	31/12/2020
Tipos de garantias oferecida		
Penhor de ações (a)	95	281
Seguro garantia e fianças (b)	105	10

a) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financeiro e as controladoras, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladoras.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração prefera liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor para a auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários das demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos otimismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de demonstrações financeiras e, com base na evidência de que as contas contábeis, se não incertas, não contradizem explicitamente ou condizem com as informações significativas em nossa opinião, a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Valarmos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2022

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

das, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia. b) Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão.

21. COBERTURA DE SEGUROS – NÃO AUDITADO

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização em Reais
Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cesantes Geral	330	56.000

22. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobediente à legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2021 foram de R\$1.693 (R\$280 em 2020), sendo registrado no resultado do imobilizado.

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não tem causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível em 31 de dezembro de 2021.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

24.1. Entrada em operação: Em 04 de janeiro de 2022, a ANEEL emitiu o despacho nº 11, autorizando o início da operação comercial da EOL Santa Rosa e Mundo Novo III a partir de 5º de janeiro de 2022. **24.2. Novos desembolsos de empréstimos:** Em março de 2022 a Companhia obteve a liberação do desembolso de R\$15.240 de empréstimo e financiamento junto ao BNDES. **24.3. Redução de capital:** Durante o ano de 2022, conforme nota explicativa 11 transações com partes relacionadas, a Companhia finalizou a redução de capital no montante de R\$26.480, sendo que desse valor R\$3.329 não foi reduzido retornando ao capital social da Companhia em forma de aumento.

DIRETORIA
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor

CONTADOR
Alfredo Antonio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/0-5

